

# **AVISO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL DE SELEÇÃO INTERNACIONAL PARA A CONTRATAÇÃO DE DOUTORADO (A)**

**AO ABRIGO DO DECRETO-LEI N.º 57/2016, DE 29 DE AGOSTO**

Referência Interna: POCI-01-0145-FEDER-031304

## **1. Enquadramento**

Por Despacho da Reitora da Universidade Católica Portuguesa, Prof. Doutora Isabel Capelo Gil foi deliberado abrir concurso de seleção internacional para um lugar de investigador doutorado(a), em regime de dedicação exclusiva, para o exercício de atividades de investigação científica, na área científica de Conservação e Restauro de Bens Culturais a ser desenvolvido no Centro de Investigação em Ciência e Tecnologia das Artes, integrado na Escola das Artes da Universidade Católica Portuguesa, no âmbito do projeto “Abordagem multidisciplinar à atermção, alterabilidade e conservação da obra escultórica geomaterial de Soares dos Reis: reavaliação de paradigmas museológicos e criação de valor para sociedades em mudança, através do Património Cultural” projeto financiado pelo Portugal 2020, no âmbito do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização, na sua componente FEDER e pelo orçamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. ( FCT,IP) na sua componente OE.

Este projecto, a decorrer até 31-05-2021, tem como principais objectivos o estudo da obra escultórica geomaterial de António Soares dos Reis, numa perspectiva multidisciplinar que permita a caracterização do seu estado de conservação, contexto de produção artística/técnica, parametrização de procedimentos analíticos aplicáveis ao estudo da escultura em gesso, pedra e terracota integrados em coleções museológicas nacionais assente no primado da transferência de conhecimento entre áreas científicas auxiliares da Conservação e Restauro, bem como a criação de valor acrescentado a partir da exploração da herança cultural traduzida na criação de novos produtos de consumo cultural para os públicos museológicos do século XXI .

## **2. Legislação aplicável**

Decreto-lei n.º 57/2016, de 29 de agosto, na sua redação atual, que aprova um regime de contratação de doutorados destinado a estimular o emprego científico e tecnológico em todas as áreas do conhecimento (RJEC), sem prejuízo da regulamentação específica aplicável à Universidade Católica Portuguesa.

## **3. Local de trabalho**

O local de trabalho situa-se nas instalações da Universidade Católica Portuguesa, no Porto.

## **4. Remuneração**

A remuneração mensal ilíquida é de 2.128,34€ acrescida de subsídio de alimentação. A estes valores acrescem os subsídios anuais de férias e de Natal.

## **5. Requisitos de admissão**

Ao concurso podem ser opositores (as) candidatos (as) nacionais, estrangeiros (as) e apátridas que sejam titulares do grau de Doutor em Conservação de Bens Culturais e detentores (as) de um currículo científico e profissional que revele um perfil adequado à atividade a desenvolver.

Financiado por:



Caso o doutoramento tenha sido conferido por instituição de ensino superior estrangeira, o mesmo tem de obedecer ao disposto na legislação portuguesa em matéria de registo/reconhecimento de graus estrangeiros, para o efeito terá de ser considerado o descrito no ponto **nº 11** do presente Edital.

## 6. Processo de seleção

O processo de seleção deverá cumprir o artigo 5.º do RJEC.

## 7. Critérios de Avaliação

São critérios de avaliação, de acordo com o indicado no ponto anterior:

- a) Experiência comprovada no domínio das técnicas analíticas aplicadas ao diagnóstico de conservação de bens culturais em laboratórios nacionais vocacionados para o estudo da herança cultural, e enquadrada por uma formação de base em conservação e restauro;
- b) Experiência na participação em projetos de investigação multidisciplinares bem como na comunicação e disseminação de ciência no domínio da conservação da herança cultural;
- c) Produção científica relevante.

O processo de avaliação inclui uma entrevista aos(às) candidatos(as).

O sistema de classificação final dos candidatos é expresso de 0 a 100. O valor é calculado pesando cada fator do seguinte modo, atendendo sempre que para cada item só será considerada a atividade relevante para a área do concurso:

1 - Percurso científico e curricular (PC) dos últimos cinco anos considerado mais relevante pelo candidato:

- a) Experiência comprovada no domínio das técnicas analíticas aplicadas ao diagnóstico de conservação de bens culturais em laboratórios nacionais vocacionados para o estudo da herança cultural, e enquadrada por uma formação de base em conservação e restauro: Ponderação 40%
- b) Experiência na participação em projetos de investigação multidisciplinares bem como na disseminação e comunicação de ciência no domínio da conservação da herança cultural: Ponderação 40%
- c) Produção científica relevante: Ponderação 20%
- d) Entrevista (E).

Será realizada uma entrevista aos candidatos que ficarem classificados nas primeiras três posições, que se destina à clarificação de aspetos relacionados com os resultados da sua investigação. Solicita-se que os candidatos realizem uma apresentação de 10 minutos, com recurso a um ficheiro digital no modelo “PowerPoint”, na qual exemplifiquem as contribuições para este parâmetro.

Aos candidatos que sejam entrevistados será atribuída uma nova classificação para além da indicada inicialmente que vai basear-se na seguinte fórmula:

$$\text{Classificação final} = 90\% \text{ PC} + 10\% \text{ E}$$

Financiado por:



## 8. Composição do Júri

Em conformidade com o artigo 13.º do RJEC o júri do concurso tem a seguinte composição:

- a) **Presidente**- Eduarda Maria Martins Moreira da Silva Vieira, Professora Auxiliar da Escola das Artes da Universidade Católica Portuguesa; Vice-diretora do Centro de Investigação em Ciência e Tecnologia das Artes (CITAR)
- b) **1ª vogal** – Salomé Silva de Carvalho, Técnica Superior de 1ª classe do Museu Nacional Soares dos Reis (DGPC); investigadora integrada do Centro de Investigação em Ciência e Tecnologia das Artes (CITAR)
- c) **2ª vogal** – Maria João Gagean de Vasconcelos, diretora do Museu Soares dos Reis (DGPC)
- d) **3ª vogal** – António José Estevão Grande Candeias, diretor do Laboartório Hércules e vice-reitor da Universidade de Évora
- e) **4ª vogal** – Maria Gabriela Góis Ribas Martins de Carvalho, Chefe da Divisão do Laboratório José de Figueiredo

## 9. Deliberação, forma de publicitação.

O júri delibera através de votação nominal fundamentada de acordo com os critérios de seleção adotados e divulgados, não sendo permitidas abstenções. Das reuniões do júri são lavradas atas, que contêm um resumo do que nelas houver ocorrido, bem como os votos emitidos por cada um dos membros e respetiva fundamentação. Após conclusão da aplicação dos critérios de seleção, o júri procede à elaboração da lista ordenada dos candidatos aprovados com a respetiva classificação. A deliberação final do júri é homologada pelo dirigente máximo da instituição a quem compete também decidir da contratação.

A lista ordenada dos candidatos aprovados será afixada nas instalações Universidade Católica Portuguesa, no Porto, sitas na Rua Diogo Botelho, 1327-4169-005 Porto, e publicitada na página eletrónica <http://artes.porto.ucp.pt/>, sendo os candidatos avisados por *e-mail* da disponibilização desta lista.

## 10. Audiência Prévia e prazo para a Decisão Final

Após notificação dos resultados, os candidatos têm 10 dias úteis para se pronunciar. Nos 5 dias úteis seguintes, contados do termo do prazo para os candidatos se pronunciarem, são proferidas as decisões finais do júri.

## 11. Formalização das candidaturas

As candidaturas são formalizadas mediante o preenchimento do **formulário de candidatura** disponível em <http://inqueritos.porto.ucp.pt/site/index.php/161748/lang-en>

As candidaturas são apresentadas em língua inglesa.

A candidatura é acompanhada dos seguintes documentos:

- a. Curriculum vitae detalhado;
- b. Certificado de conclusão do Doutoramento com indicação da data da sua conclusão, que deverá ser submetido como anexo ao formulário referido no ponto anterior e seguindo as instruções nele definidas;

Caso o doutoramento tenha sido conferido por instituição de ensino superior estrangeira, o mesmo tem de obedecer ao disposto na legislação portuguesa em matéria de registo / reconhecimento de graus estrangeiros, regulada pelo DL nº 341/2007 de 12 de outubro, Portaria nº 227/2017 de 25 de julho e DL nº 283/83 de 21 de junho devendo as formalidades estarem

Financiado por:



cumpridas até à data de termo do prazo da candidatura. Caso o candidato na data de termo da candidatura não tenha obtido o documento certificativo do registo / reconhecimento do grau estrangeiro, poderá provisoriamente ser aceite cópia do comprovativo do pedido deste registo / reconhecimento junto da entidade nacional competente para a sua emissão. No caso de o candidato ser selecionado, a assinatura do contrato fica condicional à apresentação do documento formal.

Aconselha-se os candidatos a consultar a página da Internet da Direção-Geral do Ensino Superior (DGES) para informações adicionais nesta matéria: <http://www.dges.mctes.pt>

## **12. Prazo de candidatura**

Os candidatos apresentam a sua candidatura nos termos mencionados no ponto anterior, do dia 10-09-2018 até às 17 horas, hora de Lisboa, do 10/10/2018

São excluídos da admissão ao concurso os candidatos que formalizem incorretamente a sua candidatura ou que não comprovem os requisitos exigidos no presente concurso. Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações. A não apresentação dos esclarecimentos, informações ou documentos que sejam solicitados, no prazo de 5 dias úteis, significa a desistência da candidatura

As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

## **13. Política Privacidade**

A Universidade Católica Portuguesa é a Responsável pelo Tratamento de Dados Pessoais nos termos do Regulamento (UE) 2016/679 (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados).

Os dados pessoais tratados no âmbito deste concurso de recrutamento destinam-se à instrução do mesmo, e serão tratados pela Universidade Católica Portuguesa com a finalidade de verificação do preenchimento, por parte dos candidatos, dos pressupostos fixados na legislação aplicável para a sua contratação. A oposição ao tratamento dos dados por parte dos candidatos inviabilizará a admissão da candidatura e, por conseguinte, a análise e avaliação da mesma.

Os dados pessoais do Titular, se tal for indispensável para o cumprimento das obrigações da Universidade Católica Portuguesa, poderão ser transmitidos a terceiros, a saber, às Entidades Financiadoras identificadas no presente Edital.

O prazo de conservação dos dados corresponderá ao prazo de cinco anos legalmente definido.

O Titular dos dados tem o direito de se opor à recolha e tratamento, de verificar, corrigir, eliminar e de limitar a utilização dos dados recolhidos. O exercício destes direitos é excecionado quando os seus dados pessoais são utilizados para salvaguarda do interesse público, nomeadamente em casos de deteção e prevenção de crimes, ou quando os mesmos estão sujeitos a sigilo profissional.

O Titular dos dados tem direito de acesso e portabilidade dos dados.

Para o exercício dos respetivos direitos, contactar a Universidade através do endereço de e-mail [rgpd@porto.ucp.pt](mailto:rgpd@porto.ucp.pt) ou para a morada identificada no final do presente Edital em “Contactos para esclarecimentos”. O Titular dos dados tem sempre o direito de contactar e dirigir uma reclamação à Comissão Nacional de Proteção de Dados.

Financiado por:



#### **14. Política de não discriminação e de igualdade de acesso**

A Universidade Católica Portuguesa promove, ativamente, uma política de não discriminação e de igualdade de acesso, pelo que nenhum candidato/a pode ser privilegiado/a, beneficiado/a, prejudicado/a ou privado/a de qualquer direito ou isento/a de qualquer dever em razão, nomeadamente, de ascendência, idade, género, orientação sexual, estado civil, situação familiar, situação económica, instrução, origem ou condição social, património genético, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica ou raça, território de origem, língua, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical.

#### **15. Notas finais**

O presente concurso destina-se, exclusivamente, ao preenchimento da vaga indicada, podendo ser feito cessar até à homologação da lista de ordenação final dos candidatos e caduca com a respetiva ocupação do posto de trabalho em oferta.

O presente concurso e o contrato celebrado na sequência do mesmo apenas produzirão efeitos caso se verifiquem as condições de financiamento previstas.

O presente concurso pode ser anulado quando ficar deserto; quando ocorrer qualquer caso de força maior; quando razões de ordem orçamental, supervenientes à abertura do concurso, o determinem.

Com o candidato selecionado será celebrado contrato de investigador a termo incerto com início previsto no dia 01-12-2018.

#### **16. Contactos para esclarecimentos**

Universidade católica Portuguesa – Centro Regional do Porto  
Rua Arquiteto Lobão Vital 172  
4200-374 Porto, Portugal

Direção de Recursos Humanos

drh@porto.ucp.pt

+351 225580006

Financiado por:

